

BOLETIM DA REDE

(31) 3226-3142

www.redebh.com.br fb.com/sind.rede

Uma publicação do Sind-REDE/BH



Campanha Salarial/ Educativa

A valorização do
Magistério só
virá com a luta por
dignidade dos salários

págs. 04 e 05

23

Ato da Greve dos Trabalhadores em Educação Concursados, 14 de novembro de 2019 | Foto: Diego Franco



TERCEIRIZADOS

A luta continua!
Por emprego,
salário e dignidade.

pág. 03



NACIONAL

Reforma Administrativa: Mais
um duro golpe ao funcionalismo
público brasileiro.

pág. 06



ESTADUAL

Todo apoio à Greve dos
Trabalhadores da Rede
Estadual de Educação.

pág. 07



CONECTE-SE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!

Fique por dentro das atividades e ações da luta
dos trabalhadores em Educação de BH.

WhatsApp

Envie seu Nome, Turno, Escola/EMEI,
Regional e seu Cargo para o WhatsApp



(31) 98799-3041

TRAGÉDIA ESCANCARA PROBLEMAS NO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE E EXIGE MUDANÇA RADICAL NA FORMA DE LIDAR COM O MEIO AMBIENTE

O ano mal iniciou e já trouxe consigo o resultado escancarado da exploração desordenada da vida dos trabalhadores, dos recursos naturais e da especulação do espaço urbano. 2020 já está marcado pelas perdas causadas pela falta de infra-estrutura e planejamento urbano para resistir às fortes chuvas em Minas Gerais. Já são quase 60 mortes, a maioria na região metropolitana, os desabrigados estão na casa dos milhares, diversas escolas estão interditadas ou sofreram graves danos em sua estrutura. Sabemos que choveu demais e que alguns problemas seriam inevitáveis. Porém, as tragédias extrapolam, em muito, o inevitável.

As bacias de contenção não foram feitas; as moradias populares, que tirariam as pessoas das áreas de risco, não foram construídas; o lixo não foi recolhido adequadamente, áreas de preservação não foram respeitadas. Medidas como estas minimizariam a tragédia. Mas, não seriam suficientes, pois o problema está ligado a um modelo de urbanização que perdura desde a década de 60 e precisa mudar.

Os rios tem que ser descobertos; o lixo tem que ser reduzido, recolhido, reciclado e tratado adequadamente; os imóveis e terrenos sem função social devem ser disponibilizados

a programas de moradia e construção de equipamentos públicos; os acordos com as construtoras precisam ser rompidos, as restrições para a construção nos grandes centros urbanos têm que aumentar, atendendo a critérios ambientais e sociais; as encostas precisam ser recuperadas.

Para isso, são necessárias decisões políticas e econômicas de coragem, como a suspensão da

“Sabemos que choveu demais e que alguns problemas seriam inevitáveis. Porém, as tragédias extrapolam, em muito, o inevitável.”

lei de responsabilidade fiscal, com o fim pagamento da dívida pública e a conversão dos recursos em infraestrutura básica, saúde e educação; a cobrança de impostos sobre as grandes fortunas e sobre o

lucro; o fim das terceirizações dos serviços públicos; além de reforma urbana e agrária.

Não há saída para a qualidade dos serviços públicos e para a estrutura urbana da cidade se não houver enfrentamento daqueles que lucram com a exploração e com a destruição de vidas. Para este enfrentamento é urgente a unidade, organização e luta dos trabalhadores. Os desabrigados das chuvas precisam de nossa solidariedade, pois são nossos aliados na luta contra a retirada de direitos. Não fechemos os olhos à isso!



Vila Bernadete na região do Barreiro | Foto: Reprodução WhatsApp



Rua Marília de Dirceu, na Centro-Sul | Foto: Reprodução WhatsApp

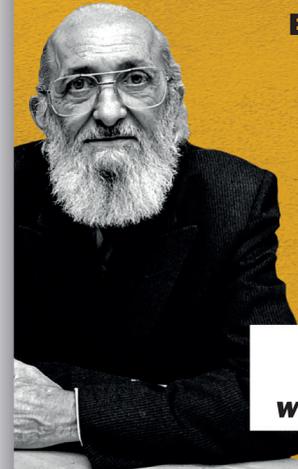
XIII CONGRESSO DA REDE

Paulo Freire

Por uma Educação Democrática,
Libertária e Classista

**19 a 21 de março
de 2020**

Local: Faculdade de Direito da UFMG
Av. João Pinheiro, 100 - Centro, Belo Horizonte - MG



**Eleição e inscrição
de Delegados de
10 de fevereiro
a 13 de março:**

1 delegado a cada
10 trabalhadores
(Concursados e
Terceirizados).

Confira orientações
em nosso site:
www.redebh.com.br

O Congresso da Rede é o espaço máximo de deliberação do nosso sindicato. Nele será debatido a estrutura e organização do Sind-REDE/BH e podemos até propor alterações no seu Estatuto. É no Congresso que a categoria tem a oportunidade de se aprofundar nas discussões políticas e pedagógicas, tão necessárias para a atual conjuntura. Por isso, o XIII Congresso homenageará o nome de Paulo Freire, padroeiro da Educação brasileira e referência mundial no debate para uma educação mais inclusiva, democrática e emancipatória.

É importante que toda escola realize a eleição de seus delegados, pois é a participação da base que garante um Sindicato que represente os anseios e projetos da categoria, além de fortalecê-lo para resistir aos ataques que os trabalhadores e a educação pública vem sofrendo. As instruções para a eleição dos delegados já estão disponíveis, fiquem atentos para mais informações no site:

www.redebh.com.br

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro Belo Horizonte - MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.redebh.com.br

• DIRETORIA COLEGIADA

Departamento Administrativo Financeiro

Daniel Wardil, Clayton Santos, Cláudia Lopes, Letícia Nepomuceno

Departamento de Comunicação e Imprensa

Vanessa Portugal, Thiago Ribeiro, Conceição Figueiredo, Luanna Grammont

Departamento Jurídico

Andrea Carla, Helbert Marconi, Rosan Marcos, Sandra Coelho.

Departamento de Formação Pedagógica e Sindical

Diego Miranda, Flávia Silvestre, Evangely Rodrigues, Suelane de Carvalho

Departamento Saúde do Trabalhador

Alan da Silva, Gislane Oliveira, Luci de Fátima

Departamento Previdência e Aposentados

Shirley Goes, Celeste Regiane

Departamento Cultural

Jacinta Gomes, Diana de Cássia, Paulo Henrique Fonseca

Departamento Organização e Infraestrutura

Tatiane Ferreira, Maria das Dores Silva

Departamento Políticas Sociais

Fábio Liberato, Maria Lucia Ferreira, Raquel Batista Maciel, Luciane Batista

• IMPRENSA

Jornalista Responsável:

Diego Franco David
(Mtb 20555/MG)

Redação e Revisão:

Diego Franco David
Jadilson Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação:

Natalino Ferreira

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 5.000

2019 CATEGORIA SE MOBILIZA EM DEFESA DO EMPREGO

O ano de 2019 foi marcado pela grande luta dos trabalhadores terceirizados da Educação em defesa da manutenção dos empregos de mais 5 mil mães e pais de família que hoje fazem parte do quadro da MGS.

A Campanha Salarial iniciada em janeiro se arrastou até dezembro, pois, os trabalhadores decidiram em assembleia que só iriam aceitar o Acordo Coletivo, se a Prefeitura garantisse que os trabalhadores estariam seguros em seus empregos. Apesar da vitória na luta por emprego, o reajuste conquistado, de 2,36% no salário e 4,5% no ticket alimentação (ambos retroativos a janeiro de 2020), estão muito aquém do que a categoria necessita. Por isso, a luta não para por aí, a pauta de reivindicações para 2020 já está sendo construída para as negociações do Acordo Coletivo deste ano.



Ato em defesa do emprego, 22 de maio de 2019 | Foto: Diego Franco



Assembleia delibera Greve, 18 de julho de 2019 | Foto: Diego Franco



Ato contra a ameaça de demissão em massa | Foto: Diego Franco

2020 A LUTA CONTINUA! POR EMPREGO, SALÁRIO E DIGNIDADE

A terceirização no município de Belo Horizonte vem crescendo substancialmente desde 2013, mas a partir de 2018 pode-se notar um crescimento mais expressivo. Só em 2019, a Prefeitura de Belo Horizonte, gastou com a terceirização de empresas **mais de 1 bilhão**, valor duas vezes maior do que em 2018. Porém, esse valor não é revertido para os salários dos trabalhadores, muito pelo contrário.

Somente no ano de 2018, a MGS faturou R\$838,1 milhões pela prestação de serviços realizada para a PBH, o lucro total da empresa foi de aproximadamente R\$ 106,6 milhões. É perceptível que diante do lucro, o índice de reajuste de 2,36% oferecido pela empresa é irrisório.

A mão de obra barata e o gasto bilionário da Prefeitura com o setor, só servem para enriquecer os empresários, que lucram em cima de cada trabalhador contratado. Essa forma de trabalho não serve à Educação, por isso, o Sind-REDE/BH sempre lutou pela realização de concursos para todos os trabalhadores em Educação, com uma transição que mantenha o emprego dos que já estão nas escolas até o seu desligamento voluntário ou a sua aposentadoria.

Ainda é preciso se manter vigilante na defesa do emprego, para que o acordo de Greve seja cumprido, mesmo sem ter sido assinado. Mas esse ano, é preciso ir além, construindo uma forte luta por salário e condições de trabalho.

É um absurdo que a MGS tenha lucros tão altos enquanto achata os salários dos trabalhadores em educação ano após ano, fazendo com que eles ganhem menos até que os demais trabalhadores da empresa. Por isso, nossa pauta aprovada em assembleia é o índice de reajuste de 34,1%, esse índice engloba as perdas salariais acumuladas nos últimos 5 anos (26,9%) + o índice de 7,2% levantado pela empresa nas negociações do ano passado.

Nossa categoria é forte e deve se unir para que as conquistas de 2020 sejam na altura da dedicação e comprometimento que temos com a educação de BH. MGS e Kalil devem valorizar todos os trabalhadores em educação!

SEMINÁRIO SOBRE A ESCOLA INTEGRADA

14 de fevereiro



Seminário sobre a Escola Integrada, 12 de dezembro de 2019 | Foto: Natalino Ferreira

O Programa Escola Integrada (PEI) sofreu vários ataques e tentativas de mudanças autoritárias por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED), que colocou em risco não só o Programa, mas o emprego de centenas de monitores que o constroem no cotidiano. Tais ataques vieram sob a prerrogativa da necessidade de reformulação do programa.

Os trabalhadores da Rede têm um histórico de formulação pedagógica através de seminários e intensos debates. Por outro lado, a SMED tem diminuído a participação dos trabalhadores em Educação nas decisões, intensificando cada vez mais formulações que privilegiam o fator econômico em detrimento das questões pedagógicas.

Tais decisões são tomadas diretamente pela Secretária e são impostas à Rede através de portarias e decretos. O Sind-REDE entende que as mudanças na Escola Integrada têm que ser feitas com base em um projeto pedagógico de Educação Integral de qualidade, que seja amplamente debatido com professores, monitores e demais trabalhadores em educação, valorizando a Educação de nossos estudantes e o trabalho dos funcionários envolvidos.

Com esse objetivo, o Sind-REDE tem realizado os seminários "Diálogos sobre a Escola Integrada em Belo Horizonte". Neles são debatidos os desafios para a construção de uma escola pública, gratuita

e de qualidade para as crianças e os jovens da cidade, contando com trabalhadores valorizados. O primeiro aconteceu em dezembro de 2019, na sede do Sind-REDE. A segunda edição será nos dias 14 de fevereiro e acontecerá de forma regionalizada, confira os locais e horários no site:

www.redebh.com.br

Para debater a garantia do emprego e a Campanha Salarial 2020, No dia 19 de fevereiro, às 9h da manhã, na Praça da Estação acontecerá uma Assembleia Geral dos monitores da Escola Integrada. Será um dia de paralisação total do segmento, participe!

A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SÓ VIRÁ COM A LUTA POR DIGNIDADE DOS SALÁRIOS

Pela recomposição do piso salarial municipal de acordo com o reajuste do Piso Salarial Nacional nos últimos 10 anos.

O ano passado foi palco de muitas Greves, paralisações e manifestações. Na Rede Municipal, as três greves do segundo semestre foram extremamente vitoriosas pela sua capacidade organizativa, envolvimento e radicalidade dos trabalhadores, que não se calam diante do argumento da “Crise”. Além, é claro, de terem obtido conquistas importantes.

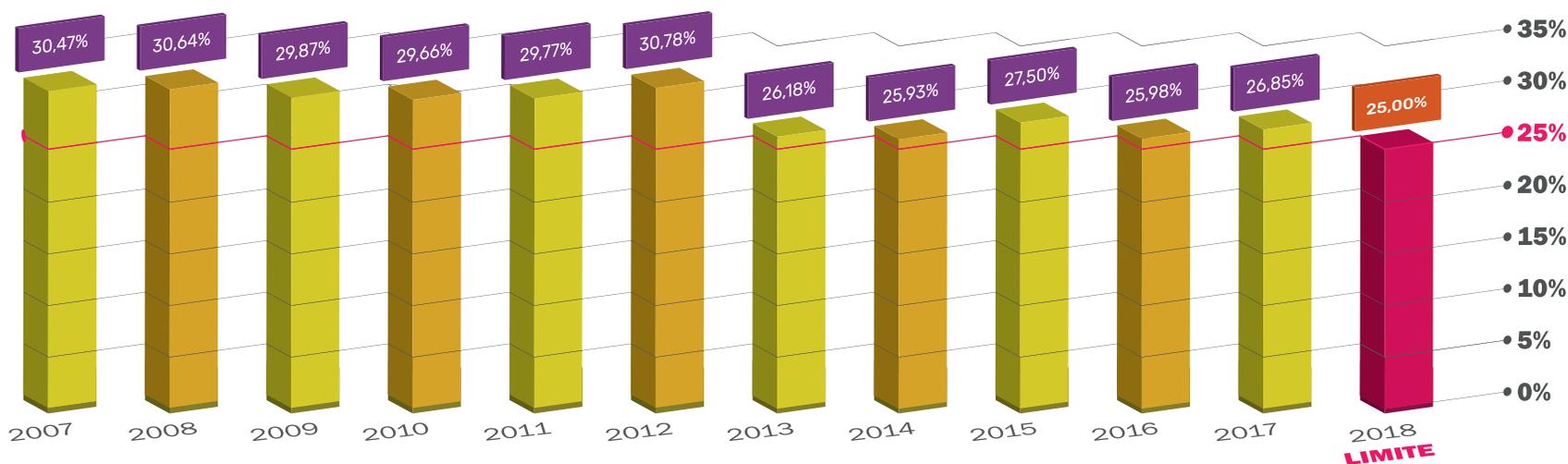
Investimentos em queda:

Desde a gestão de Fernando Pimentel (PT), a prefeitura de Belo Horizonte aplica uma política de redução dos investimentos nas folhas de pagamento. No caso da educação, em alguns anos, houve até redução no valor absoluto investido em salários. Junto com esta política, houve também um incremento

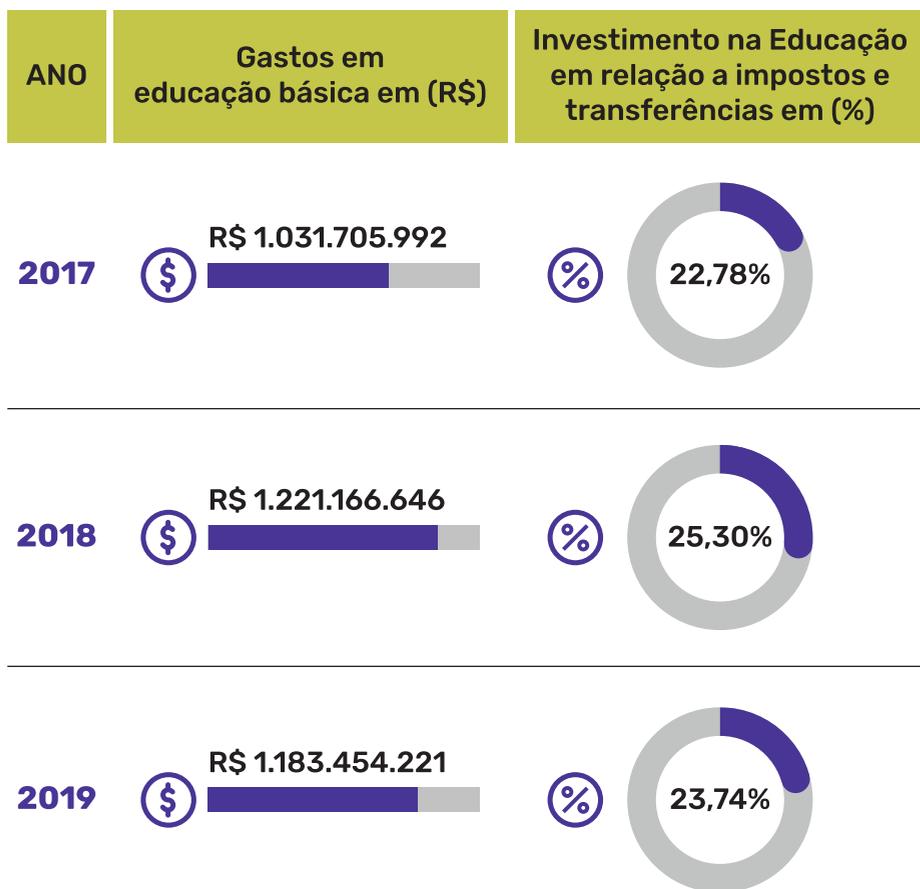
expressivo na bolsa de serviços que utiliza verbas da educação. O governo de Marcio Lacerda (PSB) piorou a situação ao reduzir drasticamente o percentual da receita investido na Educação, tal política foi intensificada por Alexandre Kalil (PSD).

Confira a queda dos investimentos em Educação nos gráficos abaixo:

Mínimo constitucional nacional a ser aplicado na Educação



Investimento em Educação e seu percentual em relação a receita de impostos e transferências do primeiro semestre de 2017, 2018, 2019



Obs: Se considerarmos a arrecadação total da receita os valores estarão em torno de 16%, alguns anos menores. Aqui consideramos as receitas com vinculação constitucional.

Obs: Ao final de 2018 o investimento em Educação foi de R\$1.695.104.424, correspondendo a 27,37% dos impostos constitucionais e 16,05% do total de impostos. Isto porque o recolhimento de receitas vinculadas a Educação caiu.

Terceirização: uma longa história de precarização e desvio de recursos públicos

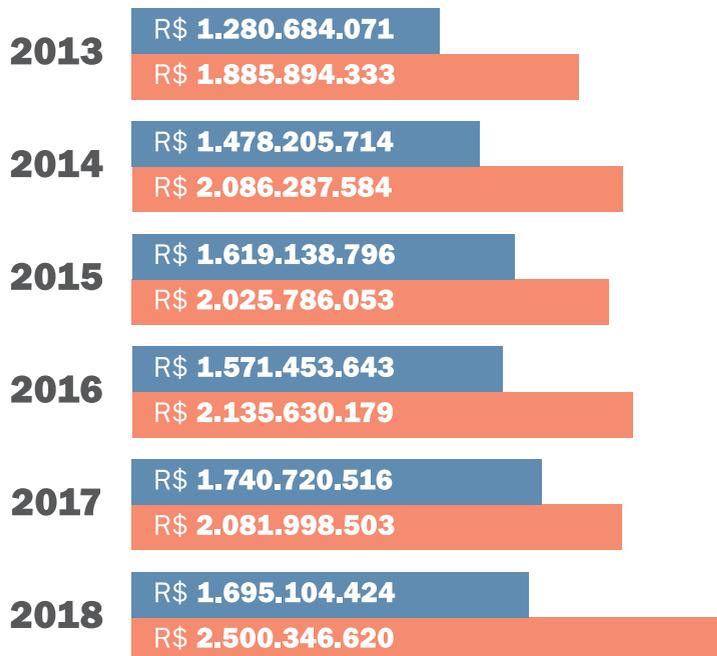
A terceirização na Educação existe no município a mais de 30 anos, sendo mantida e ampliada por todos os governos que por aqui passaram. Kalil (PSD) se primou pela agressividade nesta área. Sua secretária de Educação, Ângela Dalben, se transformou em uma grande defensora teórica da terceirização dos serviços e da transferência de recursos constitucionais da educação para instituições privadas. Tal postura favoreceu, inclusive, vereadores que empenharam apoio político a Kalil e a própria secretária. É o caso da contratação da ONG Bacana Demais, do vereador Álvaro Damião (DEM), contratada para prestar serviço à Escola Integrada.

Outra marca da secretária é a redução do atendimento na Rede Própria da Educação Infantil, ampliando o atendimento na Rede Conveniada. Ora, ampliar os investimentos na Rede Conveniada para garantir dignidade aos trabalhadores e às crianças é absolutamente necessário. Porém, substituir a Rede Própria pela rede privada é uma aberração.

Lutamos para que a Prefeitura reveja essa política, para que em um prazo máximo de 10 anos, consiga atender 100% das crianças de 0 a 5 anos em Escolas Públicas Municipais, com tempo integral, além de trabalhadores concursados com carreira única.

Confira nos próximos gráficos (pág. 05) o crescimento da terceirização durante o governo Kalil.

Comparação entre o total investido em Educação e em atividades Terceirizadas em (R\$)



LEGENDA

Gastos Totais em Educação Terceirização

É importante considerar que, nos dados à esquerda, foi levado em conta todo o montante destinado à educação, incluindo a parte que também é alocada com atividades terceirizadas. Em todos os casos, o total gasto com atividades terceirizadas supera em larga medida o total investido na Educação, mas esta diferença nunca foi tão grande quanto em 2018. O salto dado em 2018 se explica, em parte, pela transferência dos trabalhadores das Caixas Escolares para a MGS, mas não se resume a isso.

De 2018 para 2019 o valor dos contratos de terceirização na Educação crescem como nunca antes. Chegando a mais de 2 vezes o valor do ano anterior. Veja abaixo:

Valor dos contratos de terceirização na educação em (R\$)



Obs: No portal transparência não existe o montante consolidado gastos com terceirização, estes números foram encontrados através da soma de valores de contratos disponibilizados. Portanto, são aproximados.

Fonte dos gráficos e dados: relatórios anuais 2002 à 2010 da PBH, disponíveis em prefeitura.pbh.gov.br; FNDE, portal transparência de Belo Horizonte; portal.mec.gov.br; Tesouro Nacional Siconfi (organizados pelo Ilaese).

Os reajustes em 2019 e 2020 e o reajuste do Piso Nacional

Esse problema se escancara ainda mais quando comparamos a evolução da recomposição salarial no Piso de BH à evolução dos reajustes do Piso Salarial Nacional. **Nos últimos 10 anos a diferença acumulada chega a quase 90%**, já considerando o reajuste de 3,78%, e o reajuste do Piso Nacional em 2020. O que demonstra como os prefeitos de Belo Horizonte não tem priorizado a Educação em seus investimentos.

Ao final de 2019, foi enviado à Câmara Municipal de BH, o projeto de lei que concede reajuste de 7,14% aos servidores municipais. A proposta é parcelada da seguinte forma: 0% em 2019, 3,78 % em janeiro de 2020; e 3,30% em dezembro de 2020.

Tal proposta já nasceu ruim, pois não cobre sequer as perdas inflacionárias. Em janeiro de 2020, a recomposição do Piso Salarial Nacional do magistério foi de 12,84%, elevando o piso de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24. Com esta recomposição do Piso Nacional, o piso salarial da Prefeitura de Belo Horizonte (nível 1 da carreira) que será de R\$1.543,24, ficará abaixo do Piso Nacional do Magistério, mesmo se considerarmos a proporcionalidade da jornada.

As contas da Prefeitura podem sustentar a recomposição do salário da categoria. Até o 5º bimestre de 2019, o crescimento da receita corrente líquida foi de 7,47% em relação ao mesmo período de 2018. Além disso, a Prefeitura receberá do FUNDEB os valores por aluno, reajustados.

Já notificamos a Prefeitura a respeito desta reivindicação, mas até o momento não obtivemos qualquer retorno.

Preparar a greve para conquistar o reajuste digno

Não confiamos na Justiça para resolver esta questão, devemos incumbir apenas a nossa própria organização. Ao longo desse ano

teremos muitas lutas nacionais e estaduais: contra a aprovação da Reforma da Previdência para estados e municípios; contra a Reforma Administrativa, os cortes/mudanças de Bolsonaro na Educação e contra a nova Reforma Trabalhista.

Não temos como nos abster das lutas nacionais e nem como não enfrentar os problemas em BH. **A GREVE é a melhor forma de conjugarmos nossas demandas.** Fiquem atentos às Plenárias de Representantes e a primeira Assembleia da categoria. Em função das eleições, a melhor saída é adiantar a Campanha Salarial, para que a Lei Eleitoral não seja utilizada como argumento contra o nosso reajuste.

A Lei do Piso Salarial Nacional

Desde a sua aprovação, a Lei do Piso foi o foco de muitos debates, inclusive sobre os seus limites. Mas, independente disso, o fato é que a lei estabelece um valor mínimo para o salário do magistério, mesmo que bastante rebaixado. Ainda assim, os governos municipais e estaduais insistem em não aplicar a Lei. Pelo menos, não como consideramos que ela deve ser. Mesmo quando a lei é aplicada, é fácil perceber que a aplicação do PISO é sempre próxima do TETO, como é o caso da Prefeitura de Belo Horizonte. Outro golpe importante, é a modificação da exigência da escolaridade de ingresso do nível médio para nível superior, em uma tentativa de mudar o nível na carreira sobre o qual se aplicaria a lei.

Permanece na ordem do dia a luta pelo piso para as jornadas médias de 22h30; para o nível médio das carreiras do magistério e a para a incorporação dos trabalhadores em educação não professores na Lei.

Os professores pagam a conta!

Analisando globalmente a política Educacional dos últimos anos, é fácil concluir que: a fórmula que soma o aumento da terceirização + a redução do percentual da receita investido na educação + o aumento dos serviços prestados com a verba da educação, acarreta diretamente na **redução de investimento no horário regular de atendimento às crianças e na redução dos salários dos profissionais do magistério.**

Como mostra a tabela abaixo.

Quadro da evolução salarial do magistério: montante total investido em salários em (R\$)

ANO	Investimento e salários
2013	R\$ 493.761.355
2014	R\$ 537.792.952
2015	R\$ 557.402.144
2016	R\$ 624.462.744
2017	R\$ 454.088.285
2018	R\$ 404.022.835

De 2016 para 2018 há uma redução de mais de 200 milhões no investimento total na folha de pagamento dos professores. Chegando a um número inferior ao de 2013.

MAIS UM DURO GOLPE AO FUNCIONALISMO PÚBLICO BRASILEIRO

Após aprovação da Reforma da Previdência a política de desmonte do Estado continua com a Reforma Administrativa.

A Reforma Administrativa, que pode acabar com a estabilidade, alterar carreiras e reduzir salários dos servidores públicos, é uma das prioridades do governo Bolsonaro. O ministro da Economia Paulo Guedes já afirmou diversas vezes que tem como objetivo acabar com a estabilidade no serviço público, ressaltando talvez, apenas o alto-escalão, composto pelos setores que se enquadram como “carreiras típicas de estado”.

O nível do ataque é tão grande que Guedes e Bolsonaro estão “cozinhando” a proposta desde outubro de 2019, com o objetivo de evitar que a pauta fomentasse uma onda de protestos semelhante a que se alastrou na América Latina, no ano passado. Para diminuir a resistência, a reforma deve ser apresentada em etapas, sendo a primeira delas prevista para o mês de fevereiro.

É preciso lembrar que duas das principais mudanças constitucionais para o Serviço Público já estão dissolvidas na PEC Emergencial, em tramitação no Senado desde o

fim do ano passado. São elas: o fim da progressão automática na carreira e a possibilidade de redução salarial a partir da redução compulsória da jornada de trabalho.

Apesar da primeira fase da Reforma Administrativa ainda não ter sido apresentada, alguns dos ataques já foram adiantados por Guedes: A redução drástica do número de carreiras no Serviço Público, intensificando o processo de terceirizações e quarteirizações no funcionalismo; a redução dos salários dos servidores que ingressarem; o alongamento da carreira a partir de avaliações de desempenho e dispositivos que reduzam o direito à estabilidade, entre eles pode estar presente o fim do Regime Jurídico Único (RJU), que pode permitir a contratação de servidores pela CLT.

Apesar de ter retirado do texto da Reforma os atuais servidores, Guedes não esconde que o seu objetivo é incluí-los e já disse que o Congresso pode

adicionar essa medida ao texto. Não podemos cair em divisionismo nesse momento, achando que a reforma não nos afeta, por isso, é preciso lutar contra essa PEC, em defesa do Estado Brasileiro. No dia 18 de março, o Sind-REDE convoca todos os trabalhadores a se juntarem ao dia nacional em Defesa do Serviço Público. Mais informações, em breve.



AUMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E INVESTIDA IDEOLÓGICA SÃO AS PRIORIDADES DO GOVERNO BOLSONARO

A já conhecida política neoliberal de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada vem com uma novidade: O enraizamento da ideologia de ultra-direita na base do ministério.

Desde o primeiro dia do governo Bolsonaro a Educação vem sendo alvo de ataques constantes: desde o incentivo à perseguição ideológica de professores; passando pela restrição de debates como educação sexual, história e política; além do incentivo à militarização como solução para a crise no ensino médio. Soma-se a isso, os investimentos em educação pública, que já eram muito precários, estão ainda mais comprometidos com a PEC 241, que limita os “gastos” públicos e que acarreta em total ausência de investimento nas áreas sociais, o ensino superior ainda sofreu cortes diretos do próprio MEC.

A discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cujo prazo de validade se encerra em dezembro deste ano, não entrou na pauta do Governo. Na lista de prioridades apresentadas

e encaminhada ao Congresso Nacional, no dia 3 de fevereiro, não há qualquer agenda para a Educação!

O que existe são projetos como o do deputado mineiro Tiago Mitraud (Novo), que tenta aprovar que o Fundeb possa ser utilizado para pagar vouchers às escolas particulares, de forma a garantir que o dinheiro público seja transferido para empresas privadas.

O atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, é um verdadeiro inimigo da educação. Sua política se resume ao corte de verbas em seu próprio ministério e aos inúmeros ataques que visam desmoralizar o serviço público e os trabalhadores em educação em geral. A política implementada visa precarizar o ensino público e fortalecer a ideologia de ultra-direita.

O ano mal começou e o MEC já protagonizou pelo menos dois grandes absurdos para a

Educação Nacional: o desastre nas correções das provas do ENEM, que segundo o INEP apresentou quase 6.000 provas corrigidas com o gabarito errado e a escandalosa nomeação de Benedito Aguiar, um adepto do criacionismo (teoria refutada pela comunidade científica) para a direção da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) um dos principais órgãos de pós-graduação e formação de professores do país.

O plano neoliberal segue avançando na educação: com sucateamento, esvaziamento dos investimentos públicos e incentivos ao setor privado e doses de incompetência que geram prejuízos concretos à milhões de estudantes, como foi o caso do ENEM. Mas com uma novidade, a perseguição ideológica ao pensamento progressista e medidas populistas que visam fortalecer a ideologia de ultra-direita na base educacional brasileira.



Todo apoio à Greve dos Petroleiros e dos trabalhadores do DataPrev e Serpro. NÃO ÀS DEMISSÕES!

TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Contra os ataques de Zema aos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais.

Os trabalhadores da Rede Estadual de Educação deliberaram Greve, na quarta-feira (05/02), em assembleia realizada no pátio da ALMG. O movimento paredista reivindica como pauta prioritária o pagamento do 13º salário e o cumprimento da lei do Piso Salarial da Educação.

O governador Romeu Zema (Novo) tem demonstrado, em uma série de medidas, que a Educação está longe de ser prioridade de seu governo. Deixar parte da categoria sem décimo terceiro e os servidores da Educação sem proposta de reajuste são apenas a ponta do Iceberg de muitos ataques que a Educação Estadual vem sofrendo.

Garantir a vaga do filho em uma escola pública tem sido penoso para várias famílias em Minas Gerais neste início de ano, mães e pais fizeram fila em frente ao Edifício Del Rey (Av. Augusto de Lima, 30), para realizar a matrícula na PBH e para buscar informações sobre a matrícula dos alunos que formaram no 9º ano da Rede Municipal e devem cursar, a partir deste ano, o Ensino Médio na Rede Estadual.

No final do ano passado, Zema alterou as regras de matrícula do Estado, instituindo a matrícula online como forma única. Isso prejudicou o encaminhamento anual dos alunos da Rede Municipal para a Rede Estadual, além de denúncias apuradas pelo Sind-UTE de estudantes que foram matriculados muito longe de suas casas e, até mesmo, em escolas do sistema prisional.

Além de não ter chamado o número esperado de professores aprovados no Concurso Público (mantendo em larga escala os processos de designação), o Estado anunciou o fechamento de vagas do Ensino Fundamental (que as Prefeituras afirmam não ter como suprir), adesão à militarização das escolas e iniciou a fusão e o fechamento de várias turmas do Ensino Médio, ainda em 2019, penalizando profissionais (alguns ficaram desempregados) e alunos que tiveram que enfrentar essas mudanças às vésperas do ENEM.

As alterações no Ensino Médio foram feitas com base na justificativa da evasão escolar, mas os trabalhadores em Educação sabem que o risco de evasão é ainda maior em turmas superlotadas, pois dificultam a aprendizagem dos alunos.

Para piorar, Romeu Zema afirma ostensivamente nas mídias que seu plano para o Estado é o de aprofundar as privatizações, a terceirização e a retirada de direitos. Tal plano beneficia apenas os ricos e grandes empresários.



Trabalhadores da Rede Estadual de Educação deliberam greve, 05 de fevereiro de 2020 | Foto: Uarten Valério

ABRIR VAGAS PARA UNS E FECHAR PARA OUTROS

Fechar salas de aula deveria ser um crime. A Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB 9394/1996) foi lançada com o anseio da universalização da educação básica. No entanto, segundo o Censo Escolar 2017, o ensino médio ainda não é uma realidade para cerca de 50% dos jovens mineiros.

Nos últimos anos, além dos constantes ataques e significativa redução da Educação de Jovens e Adultos em todas as esferas, em 2008, o então prefeito de BH Fernando Pimentel (PT) fechou as turmas de Ensino Médio das escolas municipais para investir na educação infantil; em 2018, Kalil (PSD) fechou berçários para ampliar turmas de 4 e 5 anos; e em 2019, Zema (Novo) fechou turmas do ensino fundamental.

O que esses três eventos têm em comum é o uso da LDB como justificativa para o criminoso fechamento de turmas.

Em primeiro lugar, a LDB estabelece um máximo de alunos por sala, com o objetivo de

evitar a superlotação, que penaliza professores e alunos. Porém, o número máximo tem sido usado como média e até mesmo como mínimo, ignorando o debate sobre a redução do número de alunos por sala e a qualidade da Educação Pública.

Outra questão é que a lei fala sobre as principais responsabilidades de cada poder público, sem com isso estabelecer nenhum tipo de proibição. Por exemplo, existem, e devem existir, universidades federais, estaduais e até municipais. Porém, o principal responsável pela educação superior é a União. Ou seja, não existe ilegalidade na existência de Ensino Médio municipal ou Ensino Fundamental estadual, o que existe é falta de vontade política para investir na educação e assumir verdadeiramente o princípio da universalização da educação em todos os níveis. Não existem salas de aula ociosas, existem salas superlotadas enquanto podiam estar com menos alunos.

Seguindo os passos de Bolsonaro e Guedes, Zema já planeja a Reforma Administrativa de Minas Gerais

O governador Romeu Zema (Novo) já declarou que é a favor de extinguir direitos do funcionalismo, como estabilidade e planos de carreira. Zema também enviou para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um projeto para autorizar o ingresso do Estado no regime de recuperação fiscal do Tesouro.

Em entrevista para o Jornal O Globo, o governador afirmou que o Plano de Recuperação Fiscal do Estado deve acabar com os triênios, quinquênios, promoções automáticas e férias-prêmio. Ele também confessou que esse é só o primeiro passo, pois pretende realizar privatizações e mudanças na Previdência, com aumento de alíquotas, aumento do tempo de contribuição e redução dos benefícios.



NOTÍCIAS RÁPIDAS

PERÍCIA MÉDICA E READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Dia 16 de janeiro houve uma reunião com a Prefeitura sobre estes dois temas. No encontro, os avanços foram modestos: após a discussão com o Sind-REDE, as Portarias sobre as vagas e transferência de trabalhadores em readaptação funcional não serão reeditadas no segundo semestre; a definição dos readaptados elaborada pelo psicólogo, em conjunto com a direção e com o trabalhador será assinada por eles, cabendo ao psicólogo apenas orientar e ajudar no debate; a Prefeitura fará uma solicitação à Perícia para que haja identificação dos médicos; será rediscutido a situação das licenças de acompanhamento de 1 dia em especial para filhos, e em fevereiro será dada a resposta em

relação ao corte dos dias de licenças médicas indeferidos após terem sido cumpridos.

Estes pontos são importantes, mas nem de longe resolvem os problemas vividos na Perícia Médica. Orientamos que os trabalhadores informem o Sindicato a cada licença negada e, principalmente, os casos de readaptações definitivas revogadas.

O mais importante, no entanto, é entender que é preciso mudar a política de tratamento dos trabalhadores que adoecem, pela Prefeitura. Para isso, é preciso que todos tomem este tema como parte importante da luta.

PORTARIA 182/2016

Esta Portaria regulamenta a organização do “quadro” nas escolas, definindo critérios de excedência e lista de acesso. No final de 2019, o Sind-REDE foi procurado por alguns trabalhadores lotados em classes vagas nas escolas e, mesmo sendo os mais antigos, foram colocados nas últimas vagas da lista de acesso. Diante da demanda, procuramos a Secretaria de Educação (SMED). Duas reuniões foram desmarcadas durante o mês de janeiro, no entanto, a Secretaria solicitou que fizéssemos uma proposta de reformulação da Portaria. Faremos a proposta e apresentaremos à categoria na primeira reunião de representantes de 2020. Por conseguinte, enviaremos a SMED proposta aprovada em nossos fóruns de deliberação.

PAGAMENTO DE DOBRAS

No final de 2019, a Prefeitura soltou um Comunicado onde informa mudança no pagamento das dobras. Na prática, as dobras seriam pagas com um mês de atraso. Discutimos com a Secretaria de Planejamento o absurdo desta decisão. Haverá uma reunião no início de fevereiro para tratarmos o assunto, visto que, o encarregado do tema na Secretaria de Planejamento estava de férias.

7 HORAS DE PLANEJAMENTO E REUNIÃO COLETIVA

Em 2018, realizamos um Seminário de um dia sobre este tema. Nesse seminário foi analisado com cuidado as diversas propostas da categoria e da PBH, com o objetivo de cumprir o direito a um terço do tempo de serviço para o planejamento, além da necessidade premente de tempos coletivos de reunião entre toda a equipe pedagógica e professores. As propostas foram enviadas à PBH, ainda em 2018.

Em resposta às nossas decisões, a SMED solicitou ao Sind-REDE o envio de um documento que justificasse a possibilidade da presença deicineiros nas escolas para realização da reunião pedagógica. A categoria aprovou o envio deste documento, esclarecendo que todo o tempo do estudante nas escolas é pedagógico, inclusive o recreio. Por isso, a reunião pedagógica quinzenal de 2 horas, além de implantar as 7 horas de planejamento, a partir do estabelecimento das 6 horas semanais, também não comprometeria o tempo do aluno.

Esse documento foi enviado pela SMED ao Conselho Municipal de Educação (CME), que se reunirá dia 13/02, às 18h30, no primeiro andar da SMED, para tratar do tema. Precisamos participar em peso dessa reunião.

PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

No ano passado foi aprovado em primeiro turno, na Câmara Municipal, o antidemocrático e inconstitucional Projeto de Lei 274/17, apelidado de "Escola sem Partido". A resistência foi grande, comandada por professores, através do Sind-REDE/BH, e pelos estudantes organizados pela AMES-BH.

No dia 09/10/2019, marcado pela violência contra os professores na Câmara, lançamos uma Frente Ampla contra a Escola com Mordação. No final do ano, esta frente se uniu a várias outras iniciativas existentes na cidade com o propósito de defesa de uma Educação plural e democrática. Temos que nos preparar, pois desde o ano passado o projeto vem tramitando pelas Comissões da CMBH e já chegou à Comissão de Educação. Vamos acompanhar essa tramitação e organizar a resistência para a votação do projeto em segundo turno!

INCORPORAÇÃO DE DOBRAS E AVERBAÇÃO DE TEMPO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA

No final de 2018, foi publicado um Comunicado orientando os trabalhadores a procurarem a Prefeitura para manifestarem o interesse, ou não, em terem desconto previdenciário sobre a dobra. Este Comunicado foi desfeito pela própria Prefeitura, por enquanto.

Outro tema importante é que a Prefeitura só está aceitando averbação de tempo de outras Redes dos trabalhadores já próximos

de se aposentar. Com isso, ela desconhece dois elementos importantes: a possibilidade de falecimento do trabalhador, pois o tempo averbado é importante para o cálculo de pensão e o fato que esse tempo pode valer para efeito de quinquênio (apenas para os trabalhadores que já estavam na Prefeitura em novembro de 2017). Estamos debatendo o tema e em breve informaremos os encaminhamentos.



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Somos parte de uma REDE que não se rompe e não se deixa abater!